

Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids

Tiago Duque

Como citar: DUQUE, T. Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids. In: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A. F. de; MAGALHÃES, B. R. de; SABATINE, T. T. (org.). **Olhares plurais para o cotidiano:** gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 129-147

DOI:<https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-279-6>. p. 129-147



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids

Tiago Duque

Entre cores, sons, cheiros, linguagens, personagens, construções e trânsitos, a cidade tece suas redes. Nossos corpos, mensagens e valores circulam pelos edifícios, equipamentos, instituições e avenidas. Não tenham a menor dúvida: somos 40 milhões de pessoas vivendo com HIV/Aids, e todos os demais habitantes do mundo convivendo com HIV/Aids⁸⁰.

O que se lê acima é parte de um material educativo de prevenção às DST/aids⁸¹ criado, produzido e divulgado pela Secretaria Municipal da Saúde de Campinas/SP. Esta e outras produções midiáticas⁸² do referido órgão público foram utilizadas como objetos de análise no mini-curso “Sexualidade Juvenis e Mídia” durante o I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia – Olhares plurais para o cotidiano, realizado na UNESP – Bauru, nos dias 06 e 07 de outubro de 2011⁸³.

Neste texto seguirei uma reflexão a respeito de parte do conteúdo abordado no referido mini-curso, cujo objetivo foi discutir potencialidades e limites dos processos de criação e construção de ações de prevenção às DST/aids através da

80 Texto presente no cartão (10cmX31cm) de apresentação do projeto “Fluxus: informação, arte e saúde”. Este projeto reuniu os seguintes artistas plásticos: Vânia Mignone, Coletivos de Graffiti, Sylvia Furegatti, Ateliê Aberto, Cecília Stellini, Fábio Bittencourt, Mirs e Fabiane Pianowski. Eles foram convidados a abordar a aids através de diferentes linguagens. As obras foram expostas em lugares com grande afluência de pessoas.

81 Uso a sigla “aids” em minúscula conforme Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009), que, por sua vez, seguiram as orientações de Euclides Ayres de Castilho (1997, citado em SILVA, Cristina Luci C. *Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – a atuação das organizações não-governamentais na luta contra a Aids*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999). Ele argumenta que nomes de doenças são substantivos comuns, grafados com minúscula. Além disso, aqui o uso em minúsculas se deve a uma perspectiva crítica com relação ao pânico sexual criado em torno da aids. Como não há uma uniformidade na forma de grafar a referida palavra, nas citações reproduzidas ao longo deste texto respeito a forma escolhida por cada autor ou instituição.

82 Vídeos documentários, fotos, revistas de bolso, cartões postais, panfletos, marcadores de livros, munhequeiras, bandanas, camisetas, proteção/apoio para base de copos (bolachas) e sopt para rádio formaram parte do conjunto de materiais educativos produzidos pela secretaria de saúde de Campinas/SP, em parcerias com diferentes perfis de jovens e adolescentes, envolvendo a temática de prevenção às DST/aids.

83 Quarenta e cinco estudantes e/ou pesquisadores participaram deste Mini-curso.

produção midiática junto a diferentes juventudes. Com enfoque na sexualidade e tomando mais o desejo e menos as identidades sexuais como agenciadoras dos processos de comunicação, o desafio apresentado foi como resolver o dilema de se tornar inteligível quando se trata de comunicação em saúde sem necessariamente reproduzir os padrões e normatizações de gênero e sexualidade que contribuem para a vulnerabilidade às DST/aids.

A despeito da crítica em relação a toda perseguição erótica que muitos desejos dissidentes têm sido alvo e de toda incorporação de controles e normatizações que parte das experiências criativas da sexualidade vem assumindo em prol de “práticas mais saudáveis”, há no discurso preventivo um dado de realidade que, se por um lado não poder ser supervalorizado, por outro não deve ser subestimado: cresce a epidemia entre adolescentes e jovens, especialmente os tidos epidemiologicamente classificados como HSH (Homens que fazem Sexo com Homens). “Todos os anos, no Brasil, são notificados cerca de 3.500 novos casos de AIDS entre adolescentes e jovens de 12 a 24 anos (DATASUS/MS)” (UNAIDS, 2009, p. 24).

Tomar a experiência destes adolescentes e jovens via uma supervalorização destes números dificulta trazermos para o centro das reflexões outros dados igualmente relevantes no que tange a realidade destas experiências, como os novos processos de categorização identitárias que estes têm assumidos em seus processos de auto-identificação. Processos estes que estão, muitas vezes, para além da categoria médica “Homem que faz Sexo com Homem”, ainda que ela tenha sido cada vez mais tomada como identitária e não exclusivamente epidemiológica⁸⁴.

A problematização da identidade é fundamental neste aspecto porque nos ajuda pensar nos limites e potencialidades dos enfoques identitários, principalmente se tomados de forma generalizante e em termos de identidades sexuais fixas, essencializadas e a-históricas. Esse caminho pode dificultar a comunicação e o próprio enfrentamento da epidemia da aids.

Por isso, nesta análise pretendo fugir de uma espécie de resquício de essencialismo dos estudos de identidade, isto é, uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais, como se as identidades fossem fruto de experiências

84 Em várias atividades do movimento social tido como LGBT e junto a usuários de serviços de saúde voltados a prevenção às DST/aids tenho escutado “Eu sou HSH”, ou “Eu não sou HSH”. Em salas de bate-papo de sites da internet onde há procura para sexo ou amizade entre homens também tem sido comum seus freqüentadores se auto-referirem como HSH, inclusive em seus “apelidos” de identificação para entrar nas salas, normalmente associados à sua prática sexual ou local de onde teclam, por exemplo, “HSH ATIVO” ou “Centro HSH já”.

longínquas e a-históricas. Assim, o conceito de experiência é fundamental, mesmo porque o direcionamento prático que criou, produziu e divulgou esses materiais em Campinas foi o de atentar-se mais para as experiências e menos para as identidades anunciadas. Neste sentido, Avtar Brah afirma que, ao contrário da “idéia de um ‘sujeito da experiência’, já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (2006, p. 360).

Nesse sentido, Néstor Perlongher, em contextos paulistanos das experiências de prostituição masculina de final dos anos 1980, observou que os usos das categorias identitárias, muitas vezes binárias e essencializadoras, revelavam os funcionamentos desejantes no campo social. Ele afirmou que “Não são os indivíduos – e essa afirmação é dura – os que decidem ou optam a partir de um ego autoconsciente, os que constroem, por apelar a um clichê, suas identidades e suas representações.” (PERLONGHER, 1987b, p. 279-280), mas, são as linhas de fuga que atravessam o *socius*, que arrastam os indivíduos e os envolvem.

Por isso, via a problematização da identidade, pensando os “funcionamentos desejantes no campo social”, o referido mini-curso procurou contribuir para a reflexão dos contextos de criação, produção e divulgação de materiais educativos em relação às DST/aids entre diferentes juventudes⁸⁵.

Da transmissão

As pesquisas no Brasil têm demonstrando que se conhecem as formas de transmissão do vírus HIV e se sabe que o uso da camisinha é a melhor forma de preveni-lo, afinal, a média nacional de entrevistados/as que diz conhecer esta informação fica pouco abaixo de 96,6%. Quando se trata de juventudes (jovens de 15 a 24 anos), segundo o declarado, o uso do preservativo na primeira relação sexual varia de quase 70% no Sul do País a 52% no Nordeste (BRASIL, 2011).

Até mesmo aqueles grupos que são incentivados pelo discurso religioso a não usarem preservativos, seja como método contraceptivo ou para prevenção às DST/aids, demonstram concordar com o uso da camisinha. Foi o que apontou a pesquisa encomendada pela Organização Não Governamental e feminista Católi-

85 Durante os debates realizados no mini-curso, foi possível avaliar que para os/as participantes esta abordagem foi importante por deslocar os olhares, por enfrentar paradigmas e apontar para novas possibilidades de análise e criação de materiais educativos em relação às DST/aids.

cas Pelos Direito de Decidir⁸⁶ ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Segundo seus dados, 96% dos/as jovens entrevistados/as concordam com o uso de tal insumo, sendo que 88% também avaliam que não deixam de ser bons católicos por fazer uso dele (IBOPE, 2007)⁸⁷.

Por outro lado, julga-se que temos avançado pouco no que se refere a novas tecnologias de transmissão das informações a respeito da doença e também das informações que facilitam o acesso, não somente a insumos de prevenção às DST/aids, mas também a espaços especializados de atendimento e tratamento destas doenças. A realidade é ainda mais grave quando se foca exclusivamente os setores governamentais. A percepção da existência deste julgamento se deu a partir da participação deste pesquisador em várias atividades nacionais de temáticas relacionadas à prevenção às DST/aids⁸⁸.

Por isso, além da realidade da transmissão do vírus HIV via os dados epidemiológicos referentes à vulnerabilidade de diferentes grupos diante desta epidemia, em especial às juventudes, pautarem o enfoque dado a cada um dos materiais educativos levados ao mini-curso, a necessidade de transmissão de informação de forma criativa e inovadora sobre prevenção às DST/aids a estes grupos (e por estes grupos) também definiram a criação, produção e divulgação destes materiais na cidade de Campinas.

A questão da vulnerabilidade à infecção/transmissão é central no direcionamento dos processos de comunicação em relação à prevenção às DST/aids. O uso do conceito de vulnerabilidade aponta para a tentativa de pensar este tema para além da responsabilização pessoal, apontando para dimensões mais sociais como a questão da realidade sócio-econômica e cultural que dificulta ou impede os acessos à informação, aos insumos e aos serviços de saúde pública (AYRES, 1996).

86 Disponível em: <<http://catolicasonline.org.br/institucional/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

87 Segundo dados fornecidos por Católicas pelo Direito de Decidir, entre novembro de 2006 a janeiro de 2007, o IBOPE ouviu a opinião de 1.989 jovens brasileiros, dentre os quais 1.268 católicos, residentes em 315 municípios. Nos registros recentes do Instituto não foi localizada outra pesquisa de opinião que tivesse ouvido maior número de jovens.

88 Uma destas atividades foi o I Workshop Nacional Sobre Novas Tecnologias em Prevenção das DST/HIV/Aids, realizado em Salvador entre os dias 26 e 28 de maio de 2010. A prefeitura de Campinas, através da Secretaria de Saúde, foi a única cidade a inscrever projeto em co-autoria com a sociedade civil organizada (neste caso, com o Identidade – Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual), sendo todos os outros inscritos de responsabilidade exclusiva de organizações da sociedade civil. O projeto inscrito nesta ocasião foi o de prevenção às DST/Aids com setores da juventude católica da cidade de Campinas. O Workshop foi organizado pelo GLICH – Grupo Liberdade Igualdade e Cidadania Homossexual de Faria de Santana – BA, com diferentes apoiadores. Segundo os seus organizadores, de forma geral, o número de trabalhos inscritos ficou abaixo das expectativas.

Por exemplo, em um dos materiais analisados lê-se:

O que torna as mulheres vulneráveis à infecção pelo HIV é a falta da percepção de que podem se infectar, a crença de que o casamento ou o amor protegem, a violência nas relações conjugais ou íntimas, a dificuldade de acesso à informação e aos direitos de cidadania⁸⁹.

Porém, mesmo com enfoque menos estigmatizante,

O que parece ficar implícito é que as populações consideradas como tendo “maior vulnerabilidade” pelo sistema oficial de saúde são aqueles que em outros tempos foram chamados de degenerados, invertidos, desviantes, entre outros termos que patologizaram comportamentos, hoje encapsulados sob o conceito de “diversidade”. Uma diversidade que, por vezes, parece trabalhar não com a pluralidade, mas na tentativa de homogeneizá-la. Ou ainda, manter cada “tribo” devidamente isolada, monitorada, individualizada, o que permite um sofisticado controle dos corpos e dos comportamentos. (PELÚCIO, 2007, p. 181).

Neste contexto, considerando-se as críticas como a de Larissa Pelúcio e de outros pesquisadores⁹⁰, esses materiais midiáticos eram criados, produzidos e divulgados sob a responsabilidade do Núcleo de Educação e Comunicação Social (NECS) do Programa Municipal DST / Aids de Campinas, composto por uma equipe com diferentes profissionais: auxiliar administrativa, artista plástico, atriz, jornalista, sexóloga, enfermeira e psicóloga. Eu, enquanto sociólogo, também compunha a equipe. Portanto este artigo foi produzido em um contexto de conhecimento situado, isto é, em que o autor/pesquisador está diretamente envolvido com o campo/objeto de pesquisa, assumindo assim, não somente uma não-neutralidade,

89 Cartão com fotos de diferentes mulheres(17,5cmX10,5cm,colorido). Segundo as informações do cartão, as modelos são Bianca, Elenita, Sarah, Francisca, Carmem, Dionísia, Sandra, Tatiana, Ivanei e Cleusa.

90 Em um encontro junto aos profissionais do Programa Municipal de DST / Aids de Campinas, Pelúcio pode expor esta e outras críticas fundamentadas em sua pesquisa junto a travestis de São Paulo e São Carlos (PELÚCIO, 2007). Richard Miskolci e Jorge Leite Junior também participaram de encontros junto a estes profissionais, onde puderam auxiliar a equipe do Programa Municipal DST / Aids em suas reflexões críticas a respeito das identidade, desejos e políticas públicas na área da saúde.

mas também uma postura política/metodológica altamente implicada na análise produzida.

O NECS operava⁹¹ com a utilização da comunicação social como ferramenta para a educação entre pares⁹², ou seja, um processo contínuo de troca de informações e capacitação de usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde. Desta forma, desenvolvia projetos em parceria com a sociedade civil organizada e também com alguns seguimentos do mercado, especialmente o GLS⁹³.

Esta diversidade de profissionais e o envolvimento de diferentes setores da sociedade corroboram a afirmação de que a emergência da aids coloca em movimento uma diversidade de articulações que não ficam restritas apenas ao plano na informação médica. “Torna-se necessário, sobretudo, atender às repercussões sociais e sexuais desse constrangedor problema, que diz respeito às relações dos corpos e seus afetos.” (PERLONGHER, 1987a, p. 12).

A principal característica de parte dos/as profissionais do NECS era o histórico de atuação em outros projetos e atividades, inclusive pessoais/não-institucionais junto à própria população que iria ser o “alvo⁹⁴” das ações.

91 Após pouco mais de sete anos de existência, o NECS deixou de existir no segundo semestre de 2010, devido a um “novo projeto” implementado a partir da substituição de diferentes coordenadoras do Programa Municipal DST/Aids de Campinas. Com a decisão da extinção deste núcleo, a maior parte dos/das profissionais optou por iniciar novos trabalhos em outras áreas da Secretaria Municipal de Saúde, deixando assim o enfoque prioritário à prevenção às DST/aids. A despeito de todas as parcerias firmadas com diferentes grupos organizados, inclusive muitos caracterizados como sendo de movimentos sociais, não houve resistência a sua extinção.

92 A “educação entre pares” é uma metodologia que utiliza como “agentes de prevenção” usuários do sistema de saúde. São diferentes grupos que passam por formação, muitas vezes continuada, e podem ou não receber “ajuda de custo” para atuar em campo na prevenção às DST/aids. Para mais informações sobre o contexto da educação entre pares ver o vídeo documentário produzido pelo Programa Municipal de DST/Aids de Campinas com o movimento de travestis e transexuais da cidade intitulado “Se me deixam sonhar” (2007, colorido, 40min).

93 Atividades de prevenção às DST/Aids foram desenvolvidas com várias boates e bares voltados para o público de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) da cidade de Campinas. Elas foram executadas principalmente pelos/as seus/suas funcionários/as e artista, envolvendo decoração, imagem, figurino e, em alguns casos, convidados/as conhecidos nacionalmente por este público. O foco destas atividades era o incentivo ao uso do gel lubrificante a base de água e o preservativo em todas as relações sexuais.

94 “Alvo” tem sido a forma recorrente de se referir àqueles/as a quem a informação deve ser dirigida. As críticas a esta terminologia tem sido frequentes em diversos espaços de prevenção às DST/aids porque ela pode nos oferecer a idéia de que existe um lugar estático e bem definido para onde as ações devem ser focadas, quando na verdade o “lugar”, a “direção”, o “sentido”, a “dimensão” do que se produz com o objetivo de fazer com que as pessoas tenham acesso a determinadas informações e, na pretensão do discurso preventivo, mudem de atitude é mais amplo, nebuloso e dinâmico do que a imagem/noção de um “alvo”.

Este histórico dos profissionais facilitou o rápido vínculo pessoal e institucional com grupos sociais que, em um primeiro momento, não necessariamente tinham a identificação com o discurso preventivo ou interesse em, a partir de suas realidades cotidianas, contribuir para a criação, produção e divulgação dos materiais educativos institucionais da Prefeitura Municipal de Campinas.

No caso das juventudes, o envolvimento pautou-se pelo esforço em se fugir de concepções biologicistas e legalistas a respeito dessas experiências, por exemplo, não defendendo a existência de certas características divulgadas como “próprias da idade” por questões hormonais⁹⁵, e tampouco criando mecanismos etários de exclusão para a participação nas atividades, como ter ou não mais de 18 anos. Além disso, procurou-se reconhecer e valorizar as experiências artísticas destes grupos, especialmente o que se entendia como arte urbana. Tudo em prol da produção e transmissão da informação a respeito da prevenção às DST/aids.

Por isso, durante a campanha municipal contra a pichação, enquanto parte do setor público apoiava a idéia de um dos vereadores da cidade em proibir a venda de spray de tinta para menores de 18 anos em Campinas⁹⁶, profissionais do NECS criavam uma campanha em parceria com jovens abaixo e acima dos 18 anos, tanto os/as envolvidos/as com o Movimento Hip Hop, como aqueles/as envolvidos/as com a pichação. Estes/as eram vistos/as como criminosos/as (ou criminosos/as em potencial) por parte da referida campanha municipal contra a pichação e como artistas urbanos/as pelos/as profissionais da secretaria de saúde envolvidos/as

95 Para Beatriz Preciado (2008) não é estranho que a invenção do hormônio tenha se dado no contexto da criação da imprensa, do transporte rápido, da comunicação em larga distância, da organização da cidade moderna e suas redes racionais, isto é, do domínio da comunicação, da viagem, do intercâmbio, da conexão e da influência. Para ela, a teoria hormonal formulada entre os anos de 1860 e 1905 (mesmo período em que o rádio e a telegrafia foram inventados, e em que a imprensa e a difusão postal foram popularizados) faz parte do pensar o corpo como um sistema de comunicação. “A endocrinologia resultara desta modelação do corpo de acordo com uma teoria da difusão e tratamento da informação em um mundo que se torna progressivamente global.” (PRECIADO, 2008, p. 121). Ao apontar para os aspectos dados pela biomedicina aos hormônios que os caracterizam com a capacidade de “atuar a distância”, de ser emitido de um lugar e influenciar no funcionamento de outro lugar distante do corpo, o pensa como “teletransmissor”. Ela afirma que “o dispositivo de subjetivação que podemos reconstruir a partir da teoria hormonal de início do século XX é um conjunto de redes institucionais e técnicas em que se produzem artefatos vivos que, dentro de um determinado contexto cultural, adquirem reconhecimento político.” (PRECIADO, 2008, p. 122).

96 O autor da lei (12.300/2005) que proíbe a venda de tinta spray para menores de 18 anos em Campinas é o vereador Artur Orsi (PSDB). Mais informações em: <<http://www.camaracampinas.sp.gov.br/noticias/cee-da-pichacao-vai-gerar-projeto>>. Acesso em: 15 out. 2012.

na criação do material. Ele traz impresso em papel adesivo fotos dos muros grafitados por jovens “para disseminar informações de prevenção sobre as DST/aids e fortalecer a parceria com o Movimento Hip Hop⁹⁷”.

Dos fluxos

As atividades de criação, produção e divulgação dos materiais eram executadas sempre por uma dupla ou trio de profissionais do NECS, formados/as a partir da afinidade, mas também do que se pretendia com cada material. Havia projetos em que quase toda a equipe participava, em diferentes momentos de seu processo de execução. De modo que os membros transitavam através de um fluxo que ora se priorizava o conhecimento técnico, ora enfocava os vínculos que determinados/as profissionais já possuíam com os membros do grupo a quem se destinaria o material. Em outros momentos, se priorizava a participação de um/a profissional que tivesse o olhar distanciado do grupo com quem se estava trabalhando, sem vínculo e sem conhecimento prévio sobre a realidade dos/as envolvidos/as, de maneira que podíamos obter novos olhares e perspectivas sobre o que se estava criando, produzindo ou divulgando.

Além do fluxo de profissionais nas atividades, os materiais já produzidos também circulavam, em certos contextos, independentemente dos grupos envolvidos na sua criação e produção. A circulação dos materiais passou a ser proposital quando a equipe começou a perceber que, em espaços onde estes diferentes grupos se encontravam, os materiais eram automaticamente trocados, desejados por diferentes perfis de pessoas. Como no caso em que, durante a Parada do Orgulho LGBT, as mulheres sindicalizadas no setor do trabalho doméstico tiveram acesso a camisetas destinadas à campanha de prevenção às DST/aids, criadas e produzidas junto a jovens gays; e no caso em que mulheres lésbicas, em uma praça frequentada por diferentes juventudes, solicitaram o material criado e produzido com e para gays jovens que continha a imagem do modelo eleito como primeiro Mr. Gay Brasil.

Assim, o colorido das camisetas pensados para a Parada do Orgulho LGBT encantou as trabalhadoras domésticas que resolveram, literalmente, vestir a ca-

97 Retirado de um cartão do projeto Fluxus (12cmX27cm, colorido) com a imagem de um muro grafitado nos dias 17 e 18 de maio de 2008, na rua Prof. Luis Rosa, 22. Artistas: Hemps/Lost/Beka.

misa da campanha de prevenção às DST/aids que em um primeiro momento, por questões epidemiológicas, se voltara aos gays, bissexuais e travestis, mas que depois se tornou também marca da alegria vivenciada em outros contextos, como o destas mulheres em seus encontros sindicais. O que foi pensando para fluir entre os diferentes grupos de homens jovens gays, criou um trânsito particular entre mulheres lésbicas que demonstraram interesse em ter a imagem do Mr. Gay Brasil 2007 em sua bolsa ou carteira, afinal, elas o acharam “lindo demais”. Algumas chegaram a dizer que sentiam “certo desejo” pelo modelo.

A boa recepção de grupos que não participaram da criação, produção e divulgação inicial de determinados materiais (por não terem sido identificados como o grupo a quem se destinaria aquelas informações) levou a equipe a pensar nas limitações que a crença em uma espécie de identidade que justificasse o fluxo de distribuição dos materiais produzidos poderia trazer. Em outras palavras, se há fluxos de significados de identificação e aceitação para além dos pares que os produziram, focar a produção em recortes epidemiológicos, quase que identitários, seria um aspecto limitador para a produção midiática em relação ao tema da prevenção às DST/aids?

A produção midiática criada, produzida e divulgada a partir das atividades desenvolvidas pelo NECS e seus/suas parceiros/as não era fundamentada em uma única linha teórica. Havia espaços na equipe para diferentes abordagens e perspectivas. Uma delas me parece rentável para a reflexão que desenvolvo aqui e, em especial, para pensar o questionamento apresentado acima.

O filósofo francês Gilles Deleuze era citado, em determinados contextos, por parte dos/as profissionais envolvidos/as para se pensar na formação do sujeito em uma perspectiva de descentralidade e não unilateralidade. Assim, alguns/algumas profissionais da equipe compreendiam os/as envolvidos/as nas atividades a partir das linhas que os compunham, ou que ele/elas compunham, que eles/elas tomavam emprestado ou que eles/elas criavam. Segundo Deleuze, “somos compostos de linhas variáveis a cada instante, diferentemente combináveis, pacotes de linhas, longitudes e latitudes, trópicos, meridianos etc. Não há mono-fluxo.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 119).

Nesse sentido, o que continha cada um dos materiais não poderia ser visto como sendo exclusividade de um grupo de sujeitos, ou de um perfil identitário como se existisse de fato um sujeito com desejo ou certa identidade como destino daquilo que se produzia. Afinal, em se tratando de desejo, ele “nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares,

microformações, que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc.” (DELEUZE; GUATARRI, 1996, p. 93). Em outras palavras, “O desejo é o sistema dos signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconscientes em um campo social.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 94-95).

Portanto, respondendo ao questionamento feito anteriormente, a ideia de um sujeito (ou de um grupo de sujeitos) com uma identidade parece limitada para pensarmos o destino, a direção, o “alvo” do que se produz em termos de mídia voltada à prevenção às DST/aids. Aí está o fundamento para a reflexão de que as direções do desejo, seus fluxos no campo social, possam ser mais produtivas para pensarmos comunicação em saúde do que a crença em uma identidade estabelecida via as classificações e os apontamentos epidemiológicos sobre contextos de vulnerabilidades de determinados sujeitos.

Porém, a própria organização do Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em torno da aids, em especial os gays e as travestis, favoreceu e favorece o discurso preventivo identitário.

Um exemplo dessa interação é a produção do Movimento LGBT e o do Ministério da Saúde, através do então Programa Nacional de DST/Aids, do *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis*. Neste documento há uma agenda afirmativa para Gays separada das de outros HSH, e outra agenda afirmativa para Travestis, considerando que “o reconhecimento das identidades sociais é fator fundamental para a efetividade das estratégias de prevenção ao HIV e DST.” (BRASIL, 2008, p. 16).

No entanto, há seguimentos do movimento social que tem feito fortes críticas a esta forma tradicional de pensar e executar política pública. No caso campineiro, o Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual⁹⁸ e o E-Jovem – Gays, Lésbicas e Aliados⁹⁹ se posicionaram oficialmente, junto com o Programa Municipal DST/Aids e o Centro de Referência LGBT, contrários a proposta separatista do referido Plano Nacional citado acima, quando este esteve sob consulta pública, mas não obtiveram resposta. A defesa era para que se pautasse a política mais nas práticas sexuais e menos nas identidades sexuais, o que implicava em manter os Gays dentro da categoria “Homens que fazem Sexo com Homens”¹⁰⁰.

98 Disponível em: <<http://www.identidade.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

99 Disponível em: <<http://www.e-jovem.com/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

100 Para maiores informações sobre esta proposta e os contextos reprodutores e criadores de estigmas em que se tem justificado a separação entre Gays e HSH no âmbito da implementação do referido plano, ler Duque e Pelúcio (2010).

Estes posicionamentos mais críticos também estão presentes no contexto acadêmico. Sérgio Carrara é um dos exemplos, considerando a sua afirmação de que “se o imperativo da visibilidade no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõem a um controle mais minucioso por parte de diferentes instâncias do poder estatal”. Em outras palavras,

Há que discutir, finalmente, os perigos da reificação das identidades sexuais e de gênero em jogo neste contexto e de seu possível impacto sobre políticas e direitos que, por serem “especiais”, podem acabar sendo mais excludentes que inclusivos. (2010, p. 144).

Dos desejos

Há uma ressalva a ser feita na perspectiva de Deleuze sobre o desejo. Segundo ele, não há eclosão nenhuma de desejo, em qualquer lugar que seja, que não questione as estruturas estabelecidas. Para ele o desejo é revolucionário porque quer sempre mais conexões e agenciamentos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 94-95). Porém, como sabemos hoje, o desejo não é necessariamente revolucionário. Por exemplo, se o referido cartão com a imagem do Mr. Gay fez sucesso entre as jovens lésbicas, por outro lado deixou a desejar entre alguns jovens gays que, em uma atividade com a presença do próprio modelo do cartão, o avaliou como sendo “feminino demais”, como alguém que “parece muito gay”. Um paradoxo bastante frequente entre homens que mantém relações afetivas e/ou sexuais com outros homens, desde que o parceiro “não aparente ser gays”, ou seja, se comporte socialmente como se não fosse gay.

O desejo que os guia está na masculinidade-padrão corporificada na imagem de um homem plenamente ajustado à ordem heteronormativa. Curioso paradoxo em que o desejo é homoerótico, mas se dirige ao homem “heterossexual”, ou seja, aos valores e às práticas historicamente construídos como típicos daquele que mantém a dominação masculina e a recusa das relações amorosas ou sexuais entre homens. (MISKOLCI, 2009, p. 187).¹⁰¹

101 Ver também o texto de Miskolci nesta coletânea.

Partindo desta ressalva podemos tomar os desejos (e não as identidades) como inspiração para a produção midiática envolvendo diferentes juventudes no que se refere à prevenção às DST/aids.

Parte das críticas que esta proposta de olharmos mais para os “fluxos desejantes” e menos para as identidades tem sofrido vem da concepção de que identidades são mais inteligíveis do que desejos, ou que se agrega e se torna compreensível mais pela identidade do que via o desejo, ou ainda, que não é possível construir políticas públicas sem identidades fixas e generalizadas, que estas seriam estrategicamente necessárias porque os desejos são mais fluidos e instáveis do que o que temos tomado como identidades¹⁰².

Mas, este lugar seguro, essa fixidez estratégica, a dimensão agregadora de identificação das identidades inteligíveis não é fruto dos mesmos processos normativos que nos faz conceituar o desejo com características inversas a estas? De uma forma ou de outra, corriqueiramente o que se chama, por exemplo, de identidade “gay”, “lésbica” e “bissexual” não é reiterado sempre fixando e identificando os desejos por este, aquele ou ambos os sexos?¹⁰³ Ou então, a proposta é fixar os desejos, torná-los tão supostamente compreensíveis e aglutinadores como temos tentado fazer com as identidades?

Evidentemente, o que se propõe neste texto não é fixar o desejo, transformá-lo em identidade ou concebê-lo de forma estrategicamente generalizante. Ao invés disso, se faz necessário tomar a identidade nos termos de Brahm, que a classifica como não sendo nem fixa, tampouco singular.

Ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. (BRAHM, 2006, p. 371).

102 Estas críticas têm sido recorrentes, tanto em espaços governamentais, como nos de movimentos sociais. No universo acadêmico também surgem em contextos em que há pesquisadores/as com vínculos com parte do Movimento LGBT.

103 Apesar de no Manual de Comunicação LGBT voltado para os “profissionais da mídia” não constar a definição de “gay”, nele temos exemplos de o quanto se busca fixar os desejos para manter a crença na inteligibilidade das identidades. Tal documento é de realização da Associação Brasileira Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, com financiamento do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS. Nele lê-se que “Lésbica” é a “mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero” (p. 14) e que “Bissexual” “é a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros” (p. 11). O manual está disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Acreditar que estes padrões específicos são potencialmente produtores para a formação de políticas públicas é o grande fator limitador do nosso tempo. Hoje, cada vez mais, o caleidoscópio não para. Estes padrões formam-se e se reinventam de diversas formas, cada vez mais rápidos e dinâmicos, contextuais e fluidos, são relampejos de experiências dinâmicas e reiteraões contextuais que não devem ser fixadas.

Além disso, estes padrões (pensados nestes termos) trazem contornos – e nisso a identidade é como o desejo – nem sempre inteligíveis, nomeáveis ou classificáveis segundo as categorias até então inventadas. Como afirmou Pelúcio,

Nos dias que correm, o clima de liberdades individuais e políticas, somadas à organização da sociedade civil, às facilidades tecnológicas de comunicação e difusão de idéias, tem corroborado francamente para que as vivências fora da norma possam ser experimentadas e visibilizadas. Experimentações que possibilitam diferentes percepções sobre si e sobre os outros, criando novas subjetividades que demandam nomeações igualmente novas. (PELÚCIO, 2011, p. 124).

Estas experimentações também são comumente abertas a novos agenciamentos e fluxos, nem sempre assumidos, visíveis, reconhecidos ou de fácil compreensão. Por isso, às vezes, o desafio é não encapsular novas experiências através de nomeações (via a fórmula das políticas da identidade) para pensarmos as campanhas de prevenção e a comunicação em saúde, especialmente em DST/aids; pelo contrário, é necessário valorizar os “fluxos desejantes”, sem necessariamente abandonar a questão da identidade, mas buscando problematizá-la via esta noção de desejo.

Outro aspecto desafiador nestes processos junto às diferentes juventudes foi não tomar o desejo como a grande ameaça ao que se queria enfrentar: a epidemia de aids.

Um dos exemplos foi a criação de um “zine”¹⁰⁴ junto a jovens, especialmente abaixo dos 18 anos, assignados como do sexo masculino, mas “não heterossexuais”, ou “não exclusivamente heterossexuais”, ou ainda, “que tem o habito

104 Material educativo publicado em dois volumes, com formato de livreto (zine), intitulado “Nem te conto” (10,5cm X15cm, colorido). Foi produzido junto aos seguintes jovens: volume I (2007) - Alisson, Bruna, Caique, Chesler, Felipe, Guto, Juliano, Murilo e Renata; volume II (2008) - Alisson, Bruna, Chesler, Guto, Felipe, Juliano, Leandro, Priscila e Renato. Para conhecer os processos de criação, produção e divulgação deste material assistir ao vídeo documentário “Nem te conto” (2008, colorido, 17min.), produzido pelo Programa Municipal DST/Aids de Campinas.

de se montar¹⁰⁵". O convite a eles/elas foi feito inicialmente via as instituições da rede de proteção das crianças e adolescentes de Campinas¹⁰⁶. A valorização da prática, da experiência, e não necessariamente o agenciamento via uma identidade, era a estratégia central da equipe para se utilizar dos desejos em detrimento a uma classificação identitária, por isso, os termos como "gays", "bissexuais" e "travestis" foram evitados na carta convite.

Mas, como afirmou Gayle Rubin, a lei é implacável ao criar uma fronteira entre a "inocência" da infância e a sexualidade "adulta". Em vez de reconhecer a sexualidade dos jovens e tentar dar-lhe suporte, nossa cultura nega e pune o interesse e a atividade erótica de qualquer pessoa que não atingiu a maioridade. "O volume de disposições legais destinadas a proteger os jovens de um exercício prematuro da sexualidade é espantoso." (RUBIN, 2003, p. 43). Por isso, nenhum encaminhamento para as oficinas de criação, produção e divulgação do "zine" foi feito pela rede oficial de proteção das crianças e adolescentes, pelo contrário, as relações informais e pessoais dos membros da equipe é que construíram o encaminhamento e garantiram a adesão às atividades, arregimentando um pequeno grupo de jovens (a maior parte com menos de 18 anos) considerados pela equipe como tendo o perfil do público a quem o "zine" se destinaria.

Buscando fugir da negação e da proibição da atividade erótica na adolescência, fundamentados na realidade prática de contato e envolvimento com esta população, procuramos criar, produzir e posteriormente divulgar um material que levasse em consideração a dimensão erótica da informação. Que, de alguma forma, no resultado final da tentativa de transmitir informação, o desejo estivesse envolvido e valorizasse o material, garantindo o seu fluxo. Para isso, tanto o tamanho do "zine" (para caber facilmente no bolso e não ficar a vista de quem pudesse tentar reprimir o acesso a tais informações por considerá-las não apropriadas), quanto as suas imagens (foi utilizado parte de folders de boates gays, imagens de revistas classificadas como pornográficas que estes adolescentes tinham acesso e foram trazidas para a oficina) e parte do conteúdo da informação (letras de músi-

105 *Montar* é um termo êmico entre travestis e drags, que corresponde ao ato de vestir roupas tidas como de mulher, para se tornar, segundo diferentes lógicas destes grupos, feminina.

106 Fazem parte desta rede as instituições cadastradas junto ao setor público (Secretaria Municipal de Cidadania, Inclusão e Assistência Social) que atuam com diferentes juventudes, assim como grupos ligados ao movimento social voltado aos direitos das crianças e dos adolescentes.

cas e discursos/jargões de drag queens e até o Bajubá¹⁰⁷) foram estrategicamente associados ao discurso preventivo às DST/aids.

Considerando a adesão a este material de outros jovens que não participaram das atividades de criação, produção e divulgação, inclusive daqueles que não necessariamente se classificam como “não heterossexuais”, como os/as do Movimento Hip Hop, a erotização da informação revelou uma estratégia bastante produtiva para a transmissão de informação em saúde.

Porém, a infecção pelo vírus HIV de um adolescente que teve acesso ao material e ajudou na sua divulgação, mostrou os limites da informação, mesmo aquela veiculada por meios mais “sedutores”. Então, apostando nesta dimensão erótica associada ao discurso preventivo, a equipe do NECS reconhecia que o desejo pode ser potencializado para além das identidades previamente definidas, mas que ele também tem seus próprios fluxos de agenciamentos que não vão estar sempre em conexão com os objetivos e orientações do que se entende como sendo “sexo mais seguro”.

Já no final da década de 1980, Perlongher se referia a esta realidade da epidemia de aids a partir deste contexto campineiro escrevendo:

A defasagem entre as prevenções sexuais promovidas e as práticas homossexuais concretas não é retórica. Assim, em Campinas, a equipe médica da AIDS sentia, no próprio campo, essa inadequação: “O que você recomenda não tem nada a ver com o sexo que eu faço”, queixavam-se os homossexuais populares no ambulatório. (1987a, p. 57).

Para ele, em relação à aids, a questão é de pensarmos em um instável compromisso entre risco e gozo, sujeito ao vaivém do desejo¹⁰⁸. E, mais do que viver es-

107 O Bajubá é um conjunto de termos e expressões formados a partir dos espaços das religiões de matriz africana. Originariamente utilizado por travestis brasileiras em diferentes contextos, agora tem sido transmitido e usado por diferentes sujeitos em vários ambientes voltadas para a diversidade sexual, como boates, bares, Organizações Não Governamentais, encontros nacionais ou regionais de militantes. Ele também já é empregado em programas humorísticos e usado por diversos personagens em novelas brasileiras.

108 Kane Race (2007), em outro período e contexto, chega a propor uma análise sobre a “erotização do risco” na população gay, mas que podemos ampliar analiticamente para outras realidades. Segundo ele, é importante tomar o risco erotizado como o maior elemento desafiador dos processos normais de subjetivação que ocorrem no entroncamento discursivo entre risco e intimidade. Race reflete a respeito das práticas sexuais sem preservativos (chamadas de “barebacking”) afirmando que existe nestas práticas uma “segurança negociada”. Nestes contextos, há consciência do risco, mas também do prazer, daí os parceiros negociarem práticas que buscam maximizar o prazer da intimidade.

tas experiências do desejo com culpa e peso na consciência, é preciso vivê-las com alegria. Segundo ele, “Seria paradoxal que o medo da morte nos fizesse perder o gosto da vida”. Como escreveu Perlongher,

A vida não se mede apenas como quer a intuição médica, em termos de prolongação da sobrevida (ou da agonia), mas também em intensidade do gozo. A dimensão do desejo não deveria ser negligenciada, se é que se trata de salvar vidas. (1987a, p. 92).

Assim, em todos os materiais produzidos, especialmente em se tratando de juventudes, reconhecia-se que o que se transmitia era altamente normativo: a insistência no uso da camisinha, o incentivo a adesão ao teste do HIV, a classificação das formas mais seguras de se fazer sexo, os esforços em fazer com que as pessoas vivendo com HIV-aids aderissem aos medicamentos. Reconhecia-se também que o material produzia certos comportamentos igualmente normalizados. O diferencial estava justamente na valorização do desejo. Ao reconhecê-lo e trabalhar com ele, considerávamos também seu potencial subversivo, capaz de escapar a controles e normatizações.

Considerações finais

Se os “fluxos desejantes” envolvem, mas não fixam identidades; se estes fluxos em parte reproduzem normas e convenções (que podem contribuir para a vulnerabilidade em relação às DST/aids) e sendo os diferentes jovens, assim como os/as profissionais do NECS, sujeitos envolvidos por estes fluxos, como pensar as implicações disso no que de midiático foi analisado neste mini-curso?

Como já foi questionado no início deste texto, é possível se tornar inteligível e atingir o objetivo a que se pretendia estes materiais sem reproduzir estas normas e convenções? Considerando o que já foi exposto, ainda que se buscasse tal neutralidade, ela jamais seria atingida devido aos/às envolvidos/as na criação e produção do material ser atravessados/as/formados/as destas próprias normas e convenções. Por outro lado, sabemos que a transmissão de informações, os fluxos dos materiais e os desejos que os envolvem tomam dimensões de agenciamentos nunca totalmente controláveis, a ponto de seu significado subverter práticas mais conservadoras e/ou identitárias.

Outro exemplo, além dos que já foram citados ao longo do texto, é o de um adesivo criado e produzido junto a um grupo de homens jovens e adultos que se classificavam como sendo heterossexuais. Neste adesivo produzido em três cores (vermelho, branco e preto) lê-se a frase de uma das campanhas do Ministério da Saúde voltada a homens: “bom de cama é quem usa camisinha¹⁰⁹”. Ela está associada à imagem de uma pessoa sobre a outra. Estão cobertas em cima de uma cama de casal mostrando apenas as pernas e os pés, sendo que a pessoa que está embaixo (desenhada na cor preta), está com as pernas abertas usando sapatos de saltos altos de frente para a outra sobre ela, que está descalça (desenhada na cor branca). O adesivo fez muito sucesso entre homens na cidade de Campinas, tendo que ser re-produzido em grandes quantidades mais de uma vez.

As críticas feitas a este material (muitas vindas de parte dos/das próprios/as integrantes da equipe do NECS) eram as de que a imagem reforçava certa postura em que a mulher parecia submissa ao homem durante o ato sexual, que havia subentendido um componente racial no material passível de críticas se visto pelo olhar da hipersexualização das mulheres negras e de que as marcas de gênero (os sapatos de salto alto) poderiam ser desnecessárias para a transmissão da informação, abrindo assim possibilidades de o material não ser tão marcadamente heterocentrado.

Por outro lado, a escuta diante dos homens que a criaram e aprovaram a imagem (assim como de parte dos/as profissionais do NECS) era a de que o adesivo trazia uma temporalidade excitante, porque às vezes o sexo é feito às pressas, “sem tempo de tirar o salto”, porque a situação assim o pede, como em casos de fazê-lo às escondidas devido a estar em um contexto de proibição ou controle. Outros/as disseram que a possível postura de submissão pode revelar certo preconceito, porque “nem sempre quem está embaixo é quem está dominado na relação”. Além disso, “não necessariamente a pessoa que calça os sapatos pode ser uma mulher”, como nos lembrou um jovem durante uma oficina de criação de outros materiais educativos.

Assim, a questão não é se vamos ou não reproduzir normas e convenções de gênero e sexualidade em materiais midiáticos voltados a prevenção às DST/aids, porque, sim, iremos. Mas, o fundamental é problematizarmos o que produzimos, não para fugir das reiteraões normativas e convencionais, mas para reconhecermos e apostarmos nos seus escapes, em seus fluxos fora do controle, não facilmen-

109 Em 2008 o Ministério da saúde, buscando focar jovens de ambos os sexos na campanha de prevenção durante os dias do carnaval, produziu cartazes com este slogan. Mais informações em: <<http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=carnaval-2008-bom-de-cama-%C3%A9-quem-usa-camisinha>>. Acesso em: 15 out. 2012.

te identificáveis, ainda que comumente inteligíveis. Esta inteligibilidade, a recepção classificada como sendo “boa” por quem criou e produziu o material, é que precisa ser valorizada, ainda que não responda às nossas expectativas identitárias. Problematizar esse aspecto me parece mais importante do que a reivindicação por mais criatividade na transmissão das informações sobre prevenção às DST/aids, que, como problematizei aqui, não irá conseguir controlar por completo os fluxos dos desejos.

Referências

AYRES, José Ricardo Carvalho Mesquita. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, D. et al. (Org.). *Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/AIDS*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. p. 15-24. (Série Idéias, 29).

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Programa Nacional de DST e Aids. *Plano nacional de enfrentamento da epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. *Pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas relacionada às DST e Aids da população brasileira de 15 a 64 anos de idade, 2008 (PCAP-2008)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2009/40352/pcap_2008_f_pdf_13227.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, Natal, v. 4, n. 5, p. 131-147, jan./jun. 2010.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

_____.; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3, p. 83-115.

DUQUE, Tiago; PELÚCIO, Larissa. Homossexualidades, estigmas e o discurso preventi-

vo às DST/aids no Brasil ou como os gays deixaram de ser homens que fazem sexo com homens. In: GRUPO DE TRABALHO: HOMOSSEXUALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PRÁTICAS, SABERES E EXPERIÊNCIAS, SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis.

IBOPE. *Pesquisa de opinião pública sobre pensamento da juventude católica sobre sexualidade e reprodução*. Brasil, 2006/2007. p. 46.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado - notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1º sem. 2009.

_____. ; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, 1º sem. 2007.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

_____. “É o que tem pra hoje” – os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. p 111-136.

_____.; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, v. 1, p. 104-124, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O que é Aids?* São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. *O negócio do michê – prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. España: Espasa Calpe, 2008.

RACE, Kane. Engaging in a culture of barebacking: gay men and the risk of H.I.V. prevention. In: MOFFAT, K. Hannah; O’MALLEY, P. (Ed.). *Gendered risks*. London: Glasshouse Press, 2007.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SILVA, Cristina Luci C. *Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – a atuação das organizações não-governamentais na luta contra a Aids*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

UNAIDS. *A ONU e a resposta à Aids no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.unaids.org.br/biblioteca/Folder%20A%20ONU%20e%20a%20Resposta%20E0%20aids%20no%20Brasil%20AA%20Edi%20E7%20E3o%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.